

Disse acima que os factores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição tiveram muitas consequências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinada com técnicas deficientes de gestão de solos levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático. Em cada década, desde 1950, perderam-se 30 milhões de hectares de floresta na África tropical, 40 milhões na América Latina e 25 milhões na Ásia meridional (Pelizzon, 1992: 2). Em África é plantada apenas 1 árvore por cada 29 que são cortadas (Kennedy, 1993: 115). Mas a degradação ambiental provocada por esta via é apenas um aspecto muito parcial de um fenómeno muito mais amplo — a crise ecológica — tão amplo que, em meu entender, constitui o terceiro vector, juntamente com a explosão demográfica e a globalização da economia, do espaço-tempo mundial. Far-lhe-ei de seguida uma breve referência.

De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a *degradação ambiental* é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional. O futuro está, por assim dizer, aberto a ambas as possibilidades, embora só seja nosso na medida em que a segunda prevalecer sobre a primeira. As perspectivas não são, no entanto, animadoras. Por um lado, o Norte não parece disposto a abandonar os seus hábitos poluidores e muito menos a contribuir, na medida dos seus recursos e responsabilidades, para uma mudança dos hábitos poluidores do Sul, que são mais uma questão de necessidade que uma questão de opção. Por outro lado, os países do Sul tendem a não exercer a favor do equilíbrio ecológico o pouco espaço de manobra que neste domínio lhes resta. Para além de muitas outras razões, e por absurdo que pareça, depois do colapso do comunismo, a capacidade de poluição é talvez a única ameaça credível com que os países do Sul podem confrontar os países do Norte e extrair deles algumas concessões.

Cerca de um terço do solo do planeta é constituído por desertos e cidades em que pouca actividade biológica é gerada, um terço é constituído por florestas e savanas e um terço por terrenos de agricultura e pastorícia (Brown *et al.*, 1990: 5). Os dois últimos terços têm, por assim dizer, vindo a diminuir e obviamente que não apenas por razões directamente ligadas, no caso dos países do Sul, à dívida externa. Entre 1950 e 1980 perderam-se 50% das reservas florestais dos Himalaias devido à duplicação da população e à procura que ela gerou, quer de solo agrícola, quer de pastos, quer de lenha (Kennedy, 1993: 99). A verdade, porém, é que a destruição maciça das florestas dos sopés dos

Himalaias começou com o colonialismo no final do século XIX, princípios do século XX, com o corte de madeira para exportação e para construção dos caminhos de ferro (Rao, 1991: 14). Trata-se, pois, de uma agressão que, apoiada em vários cálculos económicos, tem-se mantido décadas a fio. Em Julho de 1991, num apelo dirigido aos presidentes das repúblicas da América Latina, denunciava-se que, ao ritmo da destruição actual, no ano 2000 3/4 das florestas tropicais da América Latina — que detêm 60% do total mundial de florestas tropicais — terão sido destruídos e com eles 50% das espécies perdidas para sempre. Entre muitos outros efeitos, a desflorestação e a erosão do solo traz consigo a rarificação da água potável, o que sucede tanto nos países centrais como nos periféricos. Calcula-se que 40 milhões de camponeses chineses sofrem de escassez de água potável devido à poluição agrícola e, por outro lado, os resíduos de fertilizantes têm sido detectados nas reservas de água da França, da Alemanha, da Holanda, da Inglaterra e da Dinamarca (Pelizzon, 1992: 26). Em trinta anos, o mar Aral transformou-se num mar fantasma com menos 40% de área e com menos 60% de volume e, em menos de uma década, a Arábia Saudita reduziu em 1/5 os lençóis aquíferos acumulados em milhares de anos (*World Resources*, 1990: 171-177).

Os países do Norte “especializaram-se” na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas das indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes (se de todo existentes) os controlos antipoluição. De todos os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozono, com consequências para o ecossistema da terra difíceis de prever em toda a sua extensão. As emissões de CO₂, os clorofluorocarbonetos, a desflorestação e acidificação das florestas, a poluição dos rios, tudo isso tem contribuído para o efeito estufa. Neste século a concentração atmosférica de CO₂ aumentou de 70 partes por milhão para cerca de 350 partes por milhão. Actualmente são lançados na atmosfera 6 biliões de toneladas de carbono. Os Estados Unidos são o maior emissor mundial de gases que produzem o efeito estufa com 17,6% do total de emissores, seguidos pela ex-União Soviética com 12% e o Brasil com 10,5%, a China com 6,6%, a Índia com 3,9% e o Japão com 3,9%. Se nenhuma correção for introduzida — a começar nos EUA, onde 4% da população mundial consome 1/4 do petróleo mundial —, o ecossistema mundial dificilmente se poderá continuar a renovar na forma que nos é conhecida.

Qual o impacto da degradação ambiental nas relações Norte/Sul? O facto de esse impacto ser crescentemente global parece indicar que não há face a ele a possibilidade de uns só retirarem vantagens e outros só desvantagens,

pelo que será "natural" a solidariedade internacional para o enfrentar. Na verdade, nada parece mais difícil que a construção da solidariedade neste domínio. Em primeiro lugar, a gravidade do problema ambiental reside antes de mais no modo como afectará as próximas gerações, pelo que a sua resolução assenta forçosamente num princípio de responsabilidade intergeracional e numa temporalidade de médio e longo prazo. Sucede, porém, que tanto os processos políticos nacionais, como os processos políticos internacionais são hoje, talvez mais do que nunca neste século, dominados pelas exigências a curto prazo. Acresce que no Norte a proeminência dos mercados financeiros e de capitais actua no mesmo sentido, penalizando qualquer estratégia empresarial, assumida ou imposta, que diminua a lucratividade no presente, mesmo que em nome de uma lucratividade maior, mas necessariamente incerta, no futuro. Nos países do Sul os processos político-económicos são ainda mais complexos. Por um lado, a industrialização de muitos países periféricos e semiperiféricos nas duas últimas décadas ocorreu na mira de força de trabalho abundante e barata e de uma maior tolerância social e política da poluição. Nestas condições, qualquer medida pró-ambiente seria contra a lógica do investimento efectuado com as consequências previsíveis.

O dilema do México face ao tratado de comércio livre com os EUA e o Canadá é bem ilustrativo. A posição do México no tratado pressupôs sempre que a industrialização a sul do Rio Grande estaria sujeita a muito pouco controlo ecológico. Era sabido que o México tinha excelentes leis de protecção do meio ambiente mas sabia-se igualmente que não havia nem condições técnicas nem vontade política para as aplicar eficazmente. Antes pelo contrário. Hoje, com uma nova administração na Casa Branca, mais preocupada com as questões ambientais mas acima de tudo preocupada com o aumento do desemprego no país, o governo mexicano vê com preocupação a possibilidade de o tratado não trazer as "vantagens" esperadas por falta de salvaguardas ambientais na indústria mexicana. De facto, a lógica desta e do investimento estrangeiro que a criou assentou desde o início na transferência dos custos da degradação ambiental para as próximas gerações. Mas os países periféricos argumentam por vezes ao contrário, isto é, em nome do bem-estar das próximas gerações para justificar as políticas poluidoras do presente. A Índia e a China, por exemplo, não admitem ser privadas de tentar para as suas gerações futuras um nível de vida semelhante ao que hoje usufruem os habitantes dos países centrais, mesmo que para isso seja necessário agravar o efeito de estufa. Por sua vez, o Brasil, apesar de estar a mudar de política no que respeita à Amazônia, ressentente que lhe sejam postas restrições à desflorestação por países cujos habitantes gastam 15 vezes mais energia que os brasileiros e sem que sejam evidentes as contrapartidas para compensar os custos de tais restrições no caso de elas serem levadas a cabo. Por seu lado, a Indonésia propõe-se eliminar

20% das suas florestas para que, nos termos dos anúncios governamentais, "os seus 170 milhões de habitantes tenham as mesmas aspirações que os habitantes dos EUA" (*World Resources*, 1990: 106).

Perante isto, tornou-se difícil imaginar medidas preventivas globais, apesar de reconhecida a sua urgência. Mas mesmo que algumas sejam adoptadas, são muito desiguais os recursos dos diferentes países para que possam ser levadas a cabo coerentemente e de modo global. Acresce que, perante a concretização de um desastre ambiental, as medidas de protecção ou de contenção adequadas envolverão eventualmente custos que só alguns países podem assumir. Se, em consequência do efeito de estufa, aumentar ligeiramente o nível das águas do mar, tanto a Holanda como o Bangladesh deverão tomar medidas protectoras contra o avanço do mar, mas obviamente o Estado de Bangladesh não disporá para isso de recursos comparáveis aos do Estado holandês.

Analisado à luz dos três sectores seleccionados — o aumento da população, a globalização da economia e a degradação ambiental — o espaço-tempo mundial parece defrontar-se com uma situação dilemática a vários níveis. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente. Se bem que a lógica e a ideologia do consumismo se globalizará, cada vez mais, a prática do consumo continuará inacessível a vastas massas populacionais. As desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema mundial tenderão, pois, a agravar-se.

Em segundo lugar, e em aparente contradição com isto, os problemas mais sérios com que se confronta o sistema mundial são globais e como tal exigem soluções globais, marcadas não só pela solidariedade dos ricos para com os pobres do sistema mundial, como pela solidariedade das gerações presentes para com as gerações futuras. No entanto, os recursos económicos, sociais, políticos e culturais que tais medidas pressupõem não parecem disponíveis no sistema mundial e, em verdade, parecem hoje menos disponíveis que antes. Por um lado, a globalização da economia deu uma proeminência sem precedentes a sujeitos económicos poderosíssimos que não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial. Lealdade e responsabilidade, só as assumem perante os accionistas e, mesmo assim, dentro de alguns limites. Por outro lado, os processos políticos dos Estados que compõem o sistema interestatal estão cada vez mais dominados por lógicas, cálculos e compromissos de curto prazo, avessos, por natureza, a objectivos intergeracionais ou de longo prazo. Acresce que a própria globalização da economia e dos problemas que ela gerou minou a eficácia dos dispositivos

institucionais que lhe poderiam fazer face e nisto reside o terceiro dilema do espaço-tempo mundial.

A perda de centralidade institucional e de eficácia reguladora dos Estados nacionais, por todos reconhecida, é hoje um dos obstáculos mais resistentes à busca de soluções globais. É que a erosão do poder dos Estados nacionais não foi compensada pelo aumento de poder de qualquer instância transnacional com capacidade, vocação e cultura institucional viradas para a resolução solidária dos problemas globais. De facto, o carácter dilemático da situação reside precisamente no facto de a perda de eficácia dos Estados nacionais se manifestar antes de mais na incapacidade destes para construir instituições internacionais que colmatem e compensem essa perda de eficácia.

O quarto e último dilema do espaço-tempo mundial reside em que, no momento em que os países centrais e as instituições internacionais sob seu controlo impõem aos países periféricos e semiperiféricos a adopção de regimes de democracia representativa e de defesa dos direitos humanos, as relações entre Estados no interior do sistema interestatal são cada vez menos democráticas, na medida em que os países do Sul têm cada vez menos autonomia interna e estão sujeitos a imposições externas de toda a ordem, por vezes indiciadoras do início de um novo ciclo de colonialismo ou, pelo menos, de neocolonialismo. Paradoxalmente, o colapso do “grande inimigo” da democracia ocidental, o comunismo, traduz-se não em maior mas antes em menor poder democrático internacional por parte dos países periféricos e semiperiféricos. As próprias Nações Unidas, que foram durante décadas uma das plataformas de concorrência entre as duas superpotências e com isso granjearam um certo poder de arbitragem e uma cultura de imparcialidade, estão hoje crescentemente prisioneiras dos interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos da América (sem, no entanto, serem capazes de os servir de acordo com as “expectativas” norte-americanas).

Perante uma situação multiplicitamente dilemática, há quem não cruze os braços e procure saídas. Não é fácil porque, como já referi, a erosão recente dos processos de regulação social, quer a nível nacional, quer a nível transnacional, acarretou consigo a erosão — e não o fortalecimento, como muitos esperavam — dos projectos emancipatórios e da vontade política de transformação social. Mesmo assim, temos vindo a assistir à emergência de lutas que pretendem ser como que a negação dialéctica dos dilemas acima referidos. Os seus promotores são sociologicamente muito heterogêneos, tanto quanto o são os seus modos de organização e os seus objectivos. São os movimentos ecológicos, os movimentos dos direitos humanos, os movimentos dos povos indígenas, os movimentos de mulheres, os movimentos de operários de vários países a trabalhar em diferentes filiais da mesma empresa multinacional, etc., etc. O que há de comum entre estes grupos é a tentativa de dar espessura política transnacional a problemas transnacionais por natureza (como, por exemplo, o

buraco de ozono) ou a problemas transnacionalizáveis por via das ligações entre as suas múltiplas manifestações locais em diferentes partes do globo (como, por exemplo, os movimentos de operários dos vários países onde opera a mesma multinacional, ou os movimentos dos povos indígenas pelo controlo dos recursos naturais existentes nos seus territórios ancestrais de que foram espoliados no período colonial). Muitos destes movimentos deram origem ou estão ligados a organizações não-governamentais transnacionais. Também não podem deixar de ser mencionados os esforços da comunidade internacional no sentido de dar uma resposta transnacional a alguns problemas do espaço-tempo mundial, procurando renovar o direito internacional com doutrinas como a do património comum da humanidade e tratados como a lei do mar ou o tratado da Antártida.

Disse acima que a prática social está estruturada em quatro espaços-tempo. Até agora debrucei-me exclusivamente sobre o espaço-tempo mundial, mas não porque ele detenha alguma primazia apriorística na explicação dos processos sociais da nossa contemporaneidade. É, sem dúvida, um espaço-tempo com crescente poder conformador, mas a sua eficácia depende em última instância das articulações que entretence com os restantes espaços-tempo. Por sua vez, estes têm uma autonomia própria que lhes advém das relações sociais de âmbito local ou nacional que os constituem. Referirei a seguir muito brevemente os problemas fundamentais com que cada um destes espaços-tempo se debate no presente e provavelmente se debaterá nas próximas décadas e o modo como tais problemas se articulam com os problemas dilemáticos do espaço-tempo mundial que acabei de mencionar.

O espaço-tempo doméstico

Até aqui

O espaço-tempo doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjuges e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo doméstico e é aliás visível no espaço-tempo da produção ou no espaço-tempo da cidadania, como terei ocasião de referir. Mas o patriarcado familiar é em meu entender a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que actue sempre em articulação com outros factores. Esse carácter matricial manifesta-se, por exemplo, no facto, frequentemente notado, de que a divisão sexual do trabalho no espaço-tempo doméstico tende a ser homogênea e relativamente estável em formações sociais com diferentes divisões sexuais do trabalho noutros espaços-tempo.